



Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

Excelentíssimo Senhor Prefeito da Estância Turística de Joanópolis
Senhor Diretor do Lar São Vicente de Paula

Requerimento nº 16/2025

GUILHERME LAZO SOLANO NETO, Vereador em exercício junto à Câmara Municipal de Joanópolis – SP, no uso de suas atribuições legais, com relação à PRESTAÇÃO DE CONTAS DO LAR SÃO VICENTE DE PAULA, **Requer** seja informado o que segue:

1. Informar a conta em que são recebidos os repasses/subvenções transferidos à entidade pelo Município – acompanhado dos extratos bancários – e relação dos gastos que foram suportados por tais repasses, desde o início do exercício de 2020 até o presente;
2. Informar todos os contratos de serviços advocatícios, pagamento de honorários ou similares que a entidade realizou desde o início do exercício de 2020 até o presente;
3. Apresentar extratos bancários de todos os pagamentos realizados à advogados ou sociedades de advocacia desde o início do exercício de 2020 até o presente.

J U S T I F I C A T I V A

O presente requerimento visa solicitar informações detalhadas sobre a prestação de contas do Lar São Vicente de Paula, com foco específico nos repasses e subvenções recebidos do Município de Joanópolis desde o início de 2020. A medida é essencial para garantir a transparência na aplicação dos recursos públicos transferidos à entidade, assegurando que sejam utilizados de forma adequada e dentro dos parâmetros legais estabelecidos. A solicitação dos extratos bancários e da relação de gastos visam proporcionar clareza sobre a destinação dos valores, permitindo a análise da conformidade com as normas que regem o uso de recursos públicos.

É importante ressaltar que, de acordo com o artigo 45, II da Lei nº 13.019/2014, o pagamento de serviços advocatícios ou honorários com recursos de transferências de repasses municipais a servidores públicos é expressamente vedado. Nesse contexto, há a necessidade



Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

de apurar se algum servidor público do município, efetivo ou não, atuou como advogado para a entidade durante o período em questão, utilizando recursos públicos para o pagamento de seus honorários. Este esclarecimento é fundamental para assegurar que não haja conflito de interesse ou irregularidade no uso dos valores transferidos.

Dessa forma, a presente solicitação busca garantir que a gestão pública esteja em conformidade com a legislação vigente e que a aplicação dos recursos públicos seja realizada de maneira transparente, responsável e conforme os princípios da administração pública. O acompanhamento rigoroso desses aspectos é imprescindível para fortalecer a confiança da população nos processos de gestão e fiscalização das entidades que recebem repasses do poder público.

Demais explicações, se necessárias, serão desenvolvidas em Plenário.

Joanópolis, 06 de março de 2025.


Guilherme Lazo Solano Neto
Vereador